

---

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 001/2022** QUE ENTRE SI CELEBRAM A POLÍCIA MILITAR DO PARÁ E O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES DA RESERVA REMUNERADA, PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL NAS UNIDADES DO MPC/PA.

A **POLÍCIA MILITAR DO PARÁ**, CNPJ n.º 05.054.994/0001-42, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, KM 09, 8401 - Parque Guajará, Distrito de Icoaraci, Belém/PA, CEP 66.821-000, neste ato representado pelo seu Comandante-Geral, o **CEL QOPM JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR**, residente e domiciliado nesta capital, portador da cédula de identidade n.º [REDACTED] nomeado por Ato do Chefe do Poder Executivo do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 33771, em 02 de janeiro de 2019 e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**, CNPJ n.º 05.054.978/0001-50, com sede na Av. Nazaré, 766 - Bairro Nazaré - CEP 66035-145, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Contas, Exmo. Sr. **PATRICK BEZERRA MESQUITA**, [REDACTED] residente e domiciliado nesta capital, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 09, de 27 de janeiro de 1992, (Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado do Pará), considerando a necessidade de ser implementada uma ação conjunta e integrada, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

---

---

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** O presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes, visando a cessão de Oficiais e Praças da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará, que atuarão nas unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, visando o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto a sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, essencial ao desempenho de suas atividades institucionais em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** O presente instrumento tem por base os preceitos contidos na Lei nº. 5.251/1985 (Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará), na Lei Complementar nº. 142/2021 (altera dispositivos do Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará), no Decreto Estadual nº 870/2013 (Regras para acompanhamento de instrumentos de parceria entre órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará), na Lei nº. 8.666/1993 (Lei Geral de Licitações e Contratos), na Lei nº. 9.292/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022), na Lei nº. 9.649/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2023), no Of. nº. 112/2019-DP3, publicado no Boletim Geral n. 015, da Polícia Militar, em 22 de janeiro de 2019; e na Resolução nº. 18.589/2014/TCE/PA (Dispõe sobre a prestação de contas de instrumentos de parceria no Estado do Pará).

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO**

**3.1.** Para atingir o objeto pactuado e observando o disposto no § 1º do artigo 116 da Lei Federal nº. 8.666/1993, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho e seus anexos, elaborado pela Descentralizada e aprovado pelo

---

---

Descentralizador, o qual passa a integrar este **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, independentemente de transcrição.

**3.2.** Admitir-se-á a reformulação do Plano de Trabalho aprovado, o qual deverá ser previamente apreciado pelo setor técnico e submetido à aprovação dos partícipes, vedada, porém, a mudança do objeto.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Com a formalização do presente termo, os partícipes se obrigarão conforme as disposições contidas nesta cláusula.

**4.1.** Na execução do presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, obrigam-se as partes, **CONJUNTAMENTE**, a:

- I. Avaliar, sempre que achar oportuno, a execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, visando adequações e correções necessárias;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo;
- III. Encaminhar à parte responsável denúncias ou indícios de irregularidades praticadas por servidores, ou quaisquer ocorrências de interesse daquela, de forma a possibilitar adoção de medidas cabíveis ao fato;
- IV. Adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo.

**4.2.** Na execução do presente acordo, obrigam-se as partes, **ISOLADAMENTE**:

**4.2.1.** Cabe à **DESCENTRALIZADORA**, além das obrigações estabelecidas em Lei:

- I. Providenciar o repasse financeiro à Polícia Militar do Estado do Pará nos valores e formas previstas conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.
  - II. Enviar à PMPA, quando da liberação dos recursos, a comprovação do(s) destaque(s) orçamentário(s);
  - III. Analisar e aprovar a alteração, quando houver, da programação da execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, mediante proposta da PMPA fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada em prazo mínimo de 30 dias antes do término de sua vigência;
  - IV. Acompanhar a execução do objeto e a regularidade da aplicação dos recursos repassados, de acordo com o Plano de Trabalho;
-

---

V. Analisar se a prestação de contas está em conformidade com as disposições deste instrumento;

VI. Garantir o(s) destaque(s) orçamentário(s) para o custeio da folha de pessoal do efetivo de policiais militares da Reserva Remunerada, que exercerá função de assessoria militar e guarda das unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará;

VII. Garantir o custeio **de auxílio mensal**, de natureza jurídica indenizatória, correspondente a 02 soldos de seus respectivos postos ou graduações, o qual não será base de cálculo para quaisquer vantagens, inclusive as decorrentes de tempo de serviço, e não será passível de incorporação; **de auxílio-fardamento**, pago uma vez por ano, no valor referente a 01 soldo do seu respectivo posto ou graduação; **de diárias e transporte**, quando em deslocamento, em face da realização de tarefas fora da sede do Município, proporcionados nas condições e valores estabelecidos na legislação para a mesma situação hierárquica em atividade; **de férias remuneradas; de 13º salário e de auxílio-alimentação**;

VIII. Analisar e aprovar, quando houver, as alterações da programação da execução deste ACORDO, propostas pela Polícia Militar do Pará, fundamentada em razões concretas que a justifiquem;

IX. Encaminhar à Polícia Militar do Pará a demanda e indicação do efetivo policial militar necessário que atuará no serviço de assessoria militar e guarda das unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

**4.2.2.** Cabe à **DESCENTRALIZADA**, além das obrigações estabelecidas em Lei:

I. Executar o objeto deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** conforme o previsto no Plano de Trabalho;

II. Analisar e aprovar a alteração, quando houver, da programação da execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** e do Plano de Trabalho;

III. Aplicar, dentro do prazo de vigência do presente instrumento, os recursos repassados pela Descentralizadora, exclusivamente, no cumprimento das metas cláusulas constantes no Plano de Trabalho;

---

---

IV. Arcar com pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo da Descentralizadora;

V. Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação de recursos obtidos;

VI. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive os decorrentes de eventuais demandas judiciais, relativos aos recursos humanos utilizados na execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidirem sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

VII. Possibilitar a Descentralizadora os meios e condições necessárias ao controle, supervisão e acompanhamento, inclusive permitindo-a efetuar inspeções *in loco*, fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados à execução do Objeto deste instrumento;

VIII. Permitir o livre acesso de servidores designados pela Descentralizadora, a qualquer tempo e lugar, para todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado quando em missão de fiscalização e auditoria;

IX. Prestar contas, com observância do prazo e na forma estabelecidas na Cláusula Nona deste instrumento ou quando solicitado pela Descentralizadora;

X. Executar e fiscalizar os trabalhos e contratos necessários à consecução do objeto deste Acordo;

XI. Realizar, sob sua inteira responsabilidade, os processos de compras de acordo com a legislação pertinente;

XII. Encaminhar prestação de contas final dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Nona;

XIII. Manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, após sua aquisição.

---

---

XIV. Adotar as providências necessárias, no âmbito da Polícia Militar do Pará, quanto à convocação e a cessão de policiais militares da reserva remunerada, que deverão atuar em atividades de assessoria militar e guarda nas unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará;

XV. Ceder até 10 policiais militares da reserva remunerada, convocados, os quais atuarão em atividades de assessoria militar e guarda nas unidades do Ministério Público de Contas do Pará;

XVI. Responsabilizar-se pelo processo seletivo, incluindo inspeção de saúde e testes, e treinamento dos militares da Reserva Remunerada;

XVII. Manter o vínculo administrativo dos militares convocados com o Departamento Geral de Pessoal da Polícia Militar do Pará;

XVIII. Responsabilizar-se exclusivamente pelo controle do prazo máximo de convocação do militar, por meio do Departamento Geral de Pessoal da PMPA;

XIX. Possibilitar ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará os meios e condições necessários ao controle, supervisão e acompanhamento, fornecendo, sempre que solicitados, as informações e documentos relacionados à execução do Objeto deste instrumento;

XX. Responsabilizar-se pela disponibilização de armamentos e equipamentos necessários ao desempenho das atividades dos policiais militares da reserva remunerada cedidos pelo Ministério Público de Contas do Estado do Pará, em quantidades adequadas à eficiente prestação das atividades compactuadas.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

As contratações e aquisições necessárias à consecução do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, a serem realizadas com recursos repassados pelo órgão Descentralizador, deverão obedecer à legislação em vigor.

**5.1.** Nos procedimentos licitatórios para aquisição de bens comuns, a Descentralizada deverá realizar, preferencialmente, o Pregão Eletrônico, observado a legislação específica.

**5.2.** A PMPA poderá utilizar sistemas de pregão eletrônicos próprios ou de terceiros.

---

---

**5.3.** Em situações devidamente justificadas, a PMPA poderá realizar as aquisições por meio de Inexigibilidade ou Dispensa de Licitação, ou ainda, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços.

**5.4.** Nas hipóteses de aquisições por meio de Adesão a Ata de Registro de Preços, deve-se demonstrar que essa forma de contratação é a mais vantajosa para a Administração.

**5.5.** Fica autorizada a utilização dos saldos oriundos dos rendimentos da aplicação financeira, assim como, a economia gerada com os procedimentos licitatórios, os quais deverão ser aplicados na ampliação da execução das etapas estabelecidas no Plano de Trabalho.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO.**

**6.1.** A vigência deste **INSTRUMENTO** é de 12 meses, contados a partir da data de 1º de agosto de 2022.

**6.2.** Este Termo poderá ter sua vigência prorrogada mediante termo aditivo por solicitação de uma ou de ambas as partes, fundamentadas em razões concretas que justifiquem tal prorrogação, no prazo mínimo de 60 dias antes do término da vigência prevista para a execução do objeto deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**.

**6.3.** A vigência do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** poderá ser prorrogada pelo órgão Descentralizador *ex officio*, no caso de atraso de liberação de parcelas pelo Descentralizador; em havendo a paralisação ou o atraso da execução ou determinação judicial, recomendação ou determinação de órgãos de controle ou em razão de caso fortuito, força maior ou interferências imprevistas; ou desde que justificado pela Descentralizada e aceito pelo Descentralizador, nos casos em que o objeto seja votado para aquisição de equipamentos que exijam adequação ou outro aspecto que venha retardar a entrega do bem.

**6.3.1.** A prorrogação que trata o item 6.3 deverá ser compatível com o período em que houver o atraso e deverá ser viável para a conclusão do objeto pactuado.

---

---

**6.4.** Desde que por motivo justificado, e com o escopo de consecução do resultado final do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, o presente acordo poderá ser alterado mediante termo aditivo, exceto no tocante ao seu objeto.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** O valor global do presente instrumento é de **R\$1.058.901,30**, para atendimento das metas previstas no Plano de Trabalho anexo.

**7.1.1.** O valor estimado de **R\$578.901,30** referente ao atendimento da **Meta 1**, qual seja, o pagamento de militar inativo convocado.

**7.1.2.** O valor de **R\$480.000,00** referente ao atendimento da **Meta 3**, qual seja, a aquisição de equipamentos de informática, mobília e centrais de ar condicionado.

**7.2.** As despesas para os exercícios de 2022/2023 correrão à conta das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

UO 37101 – Ministério Público de Contas do Estado do Pará

Funcional Programática: 01.032.1493.8515

Elementos: 339019, 339046, 339030, 449030, 449052, 339093

Fontes: 0101

**7.3.** As despesas dos exercícios de 2022/2023 correrão à conta da dotação orçamentária a ser consignada nos orçamentos desses anos.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

**8.1.** O órgão Descentralizador destinará à execução deste **INSTRUMENTO** o montante de **R\$1.058.901,30** mediante a descentralização de crédito orçamentário por destaque liberado, conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

**8.2.** A transferência dos recursos será realizada para conta bancária específica, aberta na instituição financeira oficial estadual para a execução deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, desde que não constatada qualquer inadimplência da Descentralizadora com o Descentralizador.

---



---

**8.3.** Os recursos somente poderão ser movimentados para pagamento das despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, em que fique identificado o favorecido e fique consignada sua destinação.

**8.3.1.** Enquanto não utilizados, os recursos serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial estadual, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando seu uso estiver previsto para prazos inferiores a um mês.

## **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**9.1.** Após a aplicação dos recursos, a PMPA deverá apresentar ao MPC/PA a prestação de contas, do total dos recursos recebidos, dentro do prazo máximo de 60 dias, a contar do término da vigência deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**.

**9.2.** A prestação de contas dos recursos financeiros deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, recebidos pelo MPC/PA, deverá ser assim constituída:

- I. Relatório de cumprimento do objeto;
  - II. Cópia do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** e de eventuais termos aditivos;
  - III. Cópia do Plano de Trabalho do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**;
  - IV. Relatório de execução físico-financeiro;
  - V. Relatório de execução da receita e da despesa;
  - VI. Relação de pagamentos efetuados;
  - VII. Relação de bens adquiridos com os recursos repassados;
  - VIII. Cópia dos documentos comprobatórios das despesas realizadas com recursos do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, devidamente identificados com referência ao título e número do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**.
  - IX. Comprovantes dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos;
  - X. Cópia do comprovante de devolução do saldo financeiro remanescente se houver, ainda que oriundo de rendimentos de aplicações financeiras;
-

---

XI. Extrato da conta bancária específica deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, do período do recebimento do recurso até o término da vigência;

**9.3.** Os comprovantes das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, até o encaminhamento de prestação de contas ao MPC/PA.

**9.4.** A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MPC/PA terá o prazo de até 120 dias para pronunciar-se quanto à regularidade da prestação de contas apresentada, comunicando o resultado à PMPA.

**9.5.** Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas final, obriga-se o MPC/PA a notificar, de imediato, o dirigente da PMPA, a fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observando o prazo máximo de 30 dias.

**9.6.** Findo o prazo da notificação de que trata o item anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas ou sem que tenha sido cumprida a obrigação, o MPC/PA comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, para as providências cabíveis.

**9.7.** Aprovada a prestação de contas final, o MPC/PA deverá efetuar o registro dessa aprovação, com a sua respectiva baixa no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, ou em sistema que vier a substituí-lo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS ADQUIRIDOS E REMANESCENTES**

**10.1.** Os bens adquiridos durante o **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** e remanescente na data do seu término, os quais, em razão deste acordo, tenham sido adquiridos serão de propriedade da PMPA.

**10.2.** Os bens disponibilizados pela PMPA para serem utilizados pelos policiais militares cedidos ao MPC/PA poderão ser utilizados no período de vigência deste instrumento devendo após seu término retornar à PMPA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL**

---

---

**11.1.** Cabe à Polícia Militar do Pará, sob sua inteira responsabilidade, realizar o processo seletivo, incluindo inspeção de saúde e teste e o treinamento dos militares da Reserva Remunerada, conforme imperativos da Lei nº. 5.251/1985 (Estatuto da Polícia Militar do Estado do Pará)

**11.1.1.** Após a ratificação da lista do efetivo policial militar convocado pelo Comando da PMPA, os militares da Reserva Remunerada, convocados, passarão por capacitação/treinamento, devendo seu quantitativo ser informado ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará, para fins de realização do pagamento de despesas decorrentes da execução do presente **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, até o limite previsto no Plano de Trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

**12.1.** Os policiais militares convocados, para a prestação de serviço, objeto deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, não terão quaisquer vínculos empregatícios com o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, isentando-se este das obrigações decorrentes das legislações trabalhista, previdenciária e fiscal, e do pagamento de seguro por acidentes pessoais que tenham como causa, direta ou indireta, o desempenho dos serviços ora conveniados.

**12.1.2.** Os militares convocados permanecerão administrativamente vinculados ao Departamento Geral de Pessoal da PMPA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO**

**13.1.** A execução do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** ocorrerá mediante a cessão de oficiais e praças da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará, convocados por ato do Governador do Estado, que atuarão no serviço de assessoria militar e guarda das unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

**13.1.1.** A cessão de policiais deverá abranger militares da Reserva Remunerada que possam exercer suas atividades na capital do Estado, onde o órgão ministerial possui unidades.

---

---

**13.1.2.** Em caso de necessidade de deslocamento do militar convocado, por notificação, intimação ou ordem judicial, em razão da atividade policial militar anterior ao período deste ACORDO, não caberá ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará qualquer ônus referente a diárias e transporte, que serão de responsabilidade exclusiva da Polícia Militar do Pará.

**13.1.3.** As cargas horárias de trabalho dos militares aptos serão as seguintes: escala de serviço operacional ou regime de trabalho administrativo, conforme DETERMINAÇÃO do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará (Of. n. 112/2019-DP3), publicado no Boletim Geral n. 015, da Polícia Militar, em 22 de janeiro de 2019.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

**14.1.** Constitui motivo para rescisão deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, independentemente do instrumento de sua formalização:

I. O inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, incluindo, sem prejuízo de outras constatações, a utilização indevida dos recursos repassados e a verificação de irregularidade de natureza grave no decorrer de fiscalizações ou auditorias;

II. A constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

III. A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

**14.2.** Este **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA** poderá ser denunciado por qualquer das partes mediante devida justificativa, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o acordo e creditando-se lhes os benefícios adquiridos no mesmo período, observado o aviso de trinta dias antes do término da execução estabelecida no Plano de Trabalho, findos os quais será dada publicidade ao ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS**

**15.1.** Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste instrumento, a PMPA, no prazo improrrogável de 30 dias contados da

---

---

ocorrência do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigada a recolher à conta do MPC/PA:

I. O eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, desde que não sejam utilizados.

II. O valor total transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- a) quando o objeto da avença não for executado;
- b) quando a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA.**

III. O valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou despesas impugnadas, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE**

**16.1.** Este Termo de Execução Descentralizada deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado com ônus à Polícia Militar, no prazo de 10 dias após sua assinatura, com efeitos a contar da respectiva assinatura, contendo os seguintes elementos:

- I. Espécie, número e valor do instrumento;
  - I. Denominação, domicílio e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ/MF dos partícipes e nome e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda — CPF/MF dos signatários;
  - III. Resumo do objeto;
  - IV. Crédito pelo qual ocorrerá a despesa;
  - V. Valor a ser transferido no exercício em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios subsequentes;
  - VI. Prazo de vigência e data de assinatura; e
-

---

VII. Código da Unidade Gestora e classificação funcional programática e econômica, correspondente aos respectivos créditos.

**16.2.** Após a assinatura deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**, o MPC/PA dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** A execução será acompanhada e fiscalizada pelos partícipes, conforme designações posteriores, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e o cumprimento do objeto, com a anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, e adoção das medidas necessárias à regularização das falhas observadas, além de outras atribuições, definidas pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e/ou nas demais normas pertinentes;

**17.2. A fiscalização pelo Órgão Descentralizador consistirá ainda em:**

I. Analisar a aquisição de bens, no âmbito deste **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**.

II. Analisar e manifestar-se quanto às eventuais propostas de alteração deste instrumento, do plano de trabalho ou de qualquer de seus anexos;

III. Dar ciência a Descentralizadora sobre irregularidades na execução do **TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**.

**17.3. A fiscalização pela Descentralizada consistirá ainda em:**

I. Prestar informações ao órgão Descentralizador sobre o desenvolvimento das etapas previstas no Plano de Trabalho e atestar a sua conclusão;

II. A fiscalização poderá solicitar apoio técnico do quadro do Descentralizador para a realização de suas atribuições, quando tratar-se de questão eminentemente técnica.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** Os partícipes elegem o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Belém, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

---

E por estarem plenamente de acordo, os partícipes firmam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo indicadas, em 02 vias de igual teor e forma, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas disposições.

Belém/PA, 1º de agosto de 2022.

**JOSE DILSON MELO DE SOUZA JUNIOR:42662729287**  
Assinado de forma digital por JOSE DILSON MELO DE SOUZA JUNIOR:42662729287  
Dados: 2022.08.01 16:03:11 -03'00'

*Assinado eletronicamente*

**JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM**  
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará

**PATRICK BEZERRA**  
**MESQUITA:01295447363**

Assinado de forma digital por PATRICK BEZERRA MESQUITA:01295447363  
Dados: 2022.07.29 12:25:55 -03'00'

*Assinado eletronicamente*

**PATRICK BEZERRA MESQUITA**  
Procurador-Geral de Contas

TESTEMUNHA 1 (PMPA):

Nome: **ANDRE LOPES**  
~~MOUGO:7887946~~  
CPF: **9215**  
Assinado de forma digital por ANDRE LOPES  
MOUGO:78879469215  
Dados: 2022.08.01 14:11:47 -03'00'

TESTEMUNHA 2 (MPC/PA):

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 01/2022 MPC/PA x PMPA

### 1. DADOS CADASTRAIS

Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA		CNPJ: 05.054.978/0001-50
Endereço: Av. Nazaré, 766 - Bairro Nazaré		
Cidade: Belém.	UF: PA.	CEP: 66.035-145
Nome do Responsável: PATRICK BEZERRA MESQUITA		CPF: [REDACTED]
CI/Órgão Expedidor: [REDACTED]	Cargo/Função: PROCURADOR-GERAL DE CONTAS.	
Órgão/Entidade: Polícia Militar do Pará - PMPA		CNPJ: 05.054.994/0001-42
Endereço: Rod. Augusto Montenegro, km 09, nº 8401 –Bairro do Parque Guajará- Distrito de Icoaraci.		
Cidade: Belém	UF: PA	CEP: 66.821-000
Nome do responsável: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR		CPF: [REDACTED]
CI/Órgão Expedidor: [REDACTED]	Cargo: CORONEL	Função: COMANDANTE-GERAL

### 2. NOME DO PROJETO

Cooperação mútua para o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo no Estado do Pará.	<b>PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 meses</b>	
	Início: Agosto/2022	Término: Julho/2023

### 3. OBJETIVOS DO PROJETO

O presente Termo de Execução Descentralizada tem por objetivo a conjugação de esforços entre os partícipes, visando a cessão de Oficiais e Praças da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Pará, que atuarão nas unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, visando o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto a sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, essencial ao desempenho de suas atividades institucionais.

### 4. JUSTIFICATIVA

Institucionalmente, ao MPC/PA compete, nos termos do Art. 1º de sua Lei Orgânica, "promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis, no que se referir à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, da competência do Tribunal de Contas do Estado" em todos os processos que tramitam naquela Corte, referentes a Aposentadorias, Pensões, Reformas, Prestações e Tomadas de Contas, Denúncias, Admissões de Pessoal e Obrigações Comuns dos órgãos jurisdicionados. Havendo a necessidade de manter essas ações, este instrumento garantirá a utilização do efetivo convocado da Reserva Remunerada, para exercerem funções em consonância com os imperativos da Lei Complementar nº 142/2021.

Necessidade de reaparelhamento da Polícia Militar, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto à sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.



## 5. ESPECIFICAÇÃO/ETAPAS

<b>META 1</b>	<b>Especificação:</b> atuação nas unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, visando o fortalecimento e intensificação de ações de segurança pública e policiamento ostensivo, com o intuito de sustentação dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, notadamente quanto a sua integração ao sistema de segurança institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, essencial ao desempenho de suas atividades institucionais.	
	Etapa 1	Ceder até 10 (dez) Policiais Militares da reserva remunerada para desempenharem suas funções no Ministério Público de Contas do Estado do Pará.
<b>META 2</b>	<b>Especificação:</b> Disponibilizar material/equipamento para ser utilizado pelo efetivo cedido ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Conforme a demanda do MPC/PA.	
	Etapa 1	Disponibilizar munições calibre .40 para treinamento e uso do efetivo cedido ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará.
	Etapa 2	Disponibilizar, mediante demanda e dentro das possibilidades, até 10 (dez) Kits, contendo pistola e colete balístico aos Policiais Militares da reserva remunerada cedidos ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará.
<b>META 3</b>	<b>Especificação:</b> Aparelhamento da Polícia Militar do Estado do Pará - PMPA com aquisição de material/equipamento para ser otimizado pelo efetivo da PMPA em apoio ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará nas ações de Segurança Pública.	
	<b>Especificação: Equipamentos de informática</b>	
	Etapa 1	Adquirir equipamentos de informática
	<b>Especificação: Aquisição de Móveis</b>	
	Etapa 2	Adquirir móveis
	<b>Especificação: Aquisição de Central de Ar</b>	
Etapa 3	Adquirir central de ar	

## 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META	ETAPA	ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			Unidade	Qtde	Início	Término
1	1	Ceder até 10 (dez) Policiais Militares da reserva remunerada para desempenharem suas funções no Ministério Público de Contas do Estado do Pará.	Policiais	Até 10	Ago/2022	Jul/2023
2	1	Disponibilizar munições calibre .40 para treinamento e uso do efetivo cedido ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará.	Munições	Cfe demanda	Ago/2022	Jul/2023
	2	Disponibilizar, mediante demanda e dentro das possibilidades, até 10 (dez) Kits, contendo pistola e colete balístico aos Policiais Militares da reserva remunerada cedidos ao Ministério Público de Contas do Estado do Pará.	Kits	Até 10	Ago/2022	Jul/2023

3	1	Adquirir equipamentos de informática	Equipamentos de Informática	Cfe demanda	Ago/2022	Ago/2022
	2	Adquirir mobílias	Mobília	Cfe demanda	Ago/2022	Ago/2022
	3	Adquirir central de ar	Central de ar	Cfe demanda	Ago/2022	Ago/2022

## 7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

### Pessoal Militar Convocado – Exercício 2022

Meta	Etapa	Natureza de Despesa	Especificação	Qtd	Grad.	Valor Unitário (R\$)	Valor (R\$) – Ago a Dez/2022	Fonte dos recursos
1	1	33.90.93	Auxílio Policial Militar Convocado	1	Oficial	R\$6.631,20	R\$33.156,00	Descentralizadora (MPC-PA)
				9	Praça	R\$2.431,00	R\$109.395,00	
				Total		R\$142.551,00		
		33.90.19	Auxílio Fardamento	1	Oficial	R\$3.315,60	R\$3.315,60	
				9	Praça	R\$1.215,50	R\$10.939,50	
				Total		R\$14.255,10		
		33.90.93	13º Salário – proporcional ano	1	Oficial	R\$3.315,60	R\$2.763,00	
				9	Praça	R\$1.215,50	R\$9.116,25	
				Total		R\$11.879,25		
		33.90.46	Auxílio Alimentação	1	Oficial	R\$1.300,00	R\$6.500,00	
				9	Praça	R\$1.300,00	R\$58.500,00	
				Total		R\$65.000,00		
<b>Total 2022</b>							<b>R\$233.685,35</b>	

### Pessoal Militar Convocado – Exercício 2023

Meta	Etapa	Natureza de Despesa	Especificação	Qtd	Grad.	Valor Unitário (R\$)	Valor (R\$) – Jan a Jul/2023	Fonte dos recursos
1	1	33.90.93	Auxílio Policial Militar Convocado	1	Oficial	R\$6.631,20	R\$46.418,40	Descentralizadora (MPC-PA)
				9	Praça	R\$2.431,00	R\$153.153,00	
				Total		R\$199.571,40		
		33.90.19	Auxílio Fardamento	1	Oficial	R\$0,00	R\$0,00	
				9	Praça	R\$0,00	R\$0,00	
				Total		R\$0,00		
		33.90.93	13º Salário – proporcional ano	1	Oficial	R\$3.315,60	R\$3.868,20	
				9	Praça	R\$1.215,50	R\$12.762,75	
				Total		R\$16.630,95		

		33.90.46	Auxílio Alimentação	1	Oficial	R\$1.300,00	R\$9.100,00	
				9	Praça	R\$1.300,00	R\$81.900,00	
				Total			R\$91.000,00	
		33.90.93	Indenização de Férias	1	Oficial	R\$8.841,60	R\$8.841,60	
				9	Praça	R\$3.241,33	R\$29.172,00	
				Total			R\$38.013,60	
<b>Total 2023</b>							<b>R\$345.215,95</b>	
<b>ESTIMATIVA TOTAL META 1</b>							<b>R\$578.901,30</b>	
Meta	Etapa	Natureza de Despesa	Especificação	Valor (R\$) – Ago/2022 a Jul/2023		Fonte dos recursos		
2	1	33.90.30	Munições calibre .40	Cfe demanda		Descentralizada (PM-PA)		
	2	44.90.52 / 44.90.30 / 33.90.30	Kits contendo pistola e colete balístico	Cfe demanda				
Meta	Etapa	Natureza de Despesa	Especificação	Valor (R\$) – Ago/2022		Fonte dos recursos		
3	1	44.90.52	Adquirir equipamentos de informática	R\$240.000,00		Descentralizadora (MPC-PA)		
	2	44.90.52	Adquirir mobílias	R\$120.000,00				
	3	44.90.52	Adquirir central de ar	R\$120.000,00				
<b>ESTIMATIVA TOTAL META 3</b>				<b>R\$480.000,00</b>				

## 8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS

Os repasses financeiros de que trata a Cláusula Quarta deste Termo serão efetuados, conforme cronograma abaixo:

Mês	Meta 1	Meta 2	Meta 3
Ago/2022	R\$55.765,30	Cfe demanda	R\$480.000,00
Set/2022	R\$41.510,20		R\$0,00
Out/2022	R\$41.510,20		R\$0,00
Nov/2022	R\$41.510,20		R\$0,00
Dez/2022	R\$53.389,45		R\$0,00
Jan/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Fev/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Mar/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Abr/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Mai/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Jun/2023	R\$41.510,20		R\$0,00
Jul/2023	R\$96.154,75		R\$0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$578.901,30</b>		

## 9. ENTREGA

A entrega dos bens adquiridos será realizada no Almoarifado Central da PMPA, Av. Brigadeiro Protásio, S/nº, entre Júlio César e Dr. Freitas, Bairro do Marco - Belém/PA - CEP: 66.093-034 fone: 3226-7278 - fax (91) 3226-9810, para posterior distribuição.

## 10. PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo de execução deste Termo de Execução é de 12 meses, estando inserido neste período, a aquisição e distribuição dos bens, e ainda, a aplicação prática da proposta em pauta.

## 11. APROVAÇÃO PELOS PARTICÍPES

Plano de trabalho aprovado, em 1º de agosto de 2022.

*Assinado eletronicamente*

**JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM**  
Comandante-Geral da PMPA

*Assinado eletronicamente*

**PATRICK BEZERRA MESQUITA**  
Procurador-Geral de Contas

**PORTARIA Nº4242/22/DI/DF** – Objetivo: Reforço De Policiamento (Op. Verão 2022); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Curuçá-PA; Período: 11 A 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Deoclécio Da Silva Costa; CPF: 492.131.052-15; Valor: R\$1.740,80. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

**PORTARIA Nº4243/22/DI/DF** – Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Marabá-PA; Destino: Rondon Do Pará-PA; Período: 11 a 21/07/2022; Quantidade de diárias: 10 de alimentação e 10 de pousada; Servidores: SGT PM Geneses Lopes Da Costa; CPF: 727.732.002-68; Valor: R\$2.637,60. SD PM Werbeson De Paiva Santos; CPF: 039.897.703-81 ; Valor: R\$2.532,00. ORDENADOR: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

**Protocolo: 835953**

**OUTRAS MATÉRIAS**

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 001/2022-PMPA X MPC/PA.** OBJETO: "Cessão de Oficiais e Praças da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Pará, que atuarão nas unidades do Ministério Público de Contas do Estado do Pará". VALOR GLOBAL: R\$ 1.058.901,30 (um milhão, cinquenta e oito mil, novecentos e um real e trinta centavos). VALOR DO REPASSE 2022: R\$ 713.685,35 (setecentos e treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). VALOR DO REPASSE 2023: R\$ 345.215,95 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quinze reais e noventa e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UO 37101 – Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Funcional Programática: 01.032.1493.8515. Elementos: 339019, 339046, 339030, 449030, 449052, 339093. Fontes: 0101. ASSINATURA: 01/08/2022. VIGÊNCIA: 01/08/2022 à 31/07/2023. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - CNPJ nº 05.054.994/0001-42 e MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ n.º 05.054.978/0001-50. RESPONSÁVEIS: CEL QOPM JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - Comandante Geral, CPF: 426.627.292-87 e Exmo. Sr. PATRICK BEZERRA MESQUITA - Procurador-Geral de Contas, CPF: 012.954.473-63.

**Protocolo: 835951**

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR**

**SUPRIMENTO DE FUNDO**

**PORTARIA Nº099/2022-GAB DIRETOR/SUP. FUNDOS.**

O Diretor do Fundo de Assistência Social da PMPA, no exercício de suas atribuições no Dec. Nº 1.180/2008.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor SILVIO MAIA BATISTA, SGT PM RG 22570, CPF 380.601.162-15, MF 5582555, Motorista do FASPM - PA, a utilizar o adiantamento no valor total de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), para despesa de caráter eventual, na funcional programática: 890101/08.122.1297.8338.0000; sendo R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais) na 339039 (Pessoa Jurídica).

Art. 2º Determino o prazo de 60(sessenta) dias para a aplicação e 15 (quinze) dias para prestação de contas, a contar da emissão da Ordem Bancária.

Belém-PA, 03 de Agosto de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RAUL ZÊNIO GENTIL SILVA – CEL QOPM

Diretor do Fundo de Assistência Social da PMPA

**Protocolo: 835406**

**PORTARIA Nº100/2022-GAB DIRETOR/SUP. FUNDOS.**

O Diretor do Fundo de Assistência Social da PMPA, no exercício de suas atribuições no Dec. Nº 1.180/2008.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora ANA CLÉA DE ALMEIDA PRESTES DE LIMA, SGT PM RG 19730, CPF 252.433.902-59, MF 539645001, Auxiliar da Seção do Almoxarifado do FASPM - PA, a utilizar o adiantamento no valor total de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), para despesa de caráter eventual, na funcional programática: 08.122.1297.8338.0000; sendo R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) na 339030 (Mat. Consumo).

Art. 2º Determino o prazo de 60(sessenta) dias para a aplicação e 15 (quinze) dias para prestação de contas, a contar da emissão da Ordem Bancária.

Belém-PA, 03 de Agosto de 2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

RAUL ZÊNIO GENTIL SILVA – CEL QOPM

Diretor do Fundo de Assistência Social da PMPA

**Protocolo: 835923**

**DIÁRIA**

**PORTARIA Nº 135/2022/Gab. Diretor/FASPM-** Objetivo: Divulgar os trabalhos realizados pelo FASPM e as demais ações que se encontram em andamento para os contribuintes residentes na região Sul do Pará, tendo como ponto o Município de Marabá e regiões adjacentes. FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Origem: Belém/PA Destino: Marabá/PA; Período: nos dias 01 a 07 de agosto de 2022; Quantidade de Diárias: 07 diárias de alimentação e 06 diárias de pousada na Categoria "B"; Servidores: SGT PM RG 24533 LUCIO MAURO GUIMARÃES PARAENSE; CPF: 379.724.802-49, no Valor R\$ 1.714,44; SGT PM RG 24029 FRANCISCO GILBERTO CAVALCANTE SILVA; CPF: 333.824.172-00, no Valor R\$ 1.714,44; SGT PM RG 35218 PAULO TIAGO OLIVEIRA DUARTE, CPF: 870.333.642-53, no Valor R\$ 1.714,44;SGT PM RG 34650 RAFAEL RAMALHO DE SOUSA, CPF: 899.344.582-68, no Valor R\$ 1.714,44 ORDENADOR: RAUL ZENIO GENTIL SILVA; PRAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (CINCO) DIAS APÓS A DATA DE RETORNO.

**Protocolo: 835564**

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ**

**ERRATA**

**PORTARIA Nº 123/DIÁRIA/CEDEC DE 11 DE MAIO DE 2022**

O Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil, no uso das atribuições que lhe são conferidas em legislação peculiar e considerando o Decreto Estadual de nº 2.539, de 20 de maio de 1994 e Portaria nº 015 de 10 de Janeiro de 2022 – CBMPA, publicada no Diário Oficial do Estado nº 34.827 de 12 de Janeiro de 2022,

PORTARIA PUBLICADA NO DOE 34.971 DE 16 DE MAIO DE 2022.

**ONDE SE LÊ:**

Art. 1º – Conceder aos militares: TCEL QOBM RICARDO LENO ANAISSI PEREIRA e SD QBM PEDRO WILHAMIS SEABRA ABREU, 11 (onze) diárias de alimentação e 09 (nove) diárias de pousada para cada, MAJ QOBM DIEGO DE ANDRADE CUNHA, MAJ QOBM ADOLFO LUIS MONTEIRO LOPES, SGT QBM ODENILSON LISBOA CORRÊA, SGT QBM SANDRO LUIZ GONZAGA SANTOS, SGT QBM FABIO MONTES DE ARAUJO, SGT QBM ANTÔNIO MARCOS DO NASCIMENTO MORAES, SGT QBM MANUEL MARIA CARDOSO PEREIRA, SGT QBM EMERSON LEÃO RIBEIRO, SGT QBM JUNIOR GOMES FARIAS, CB QBM WELLINGTON CARLOS VENÂNCIO DE LIMA, CB QBM SANNIERY LISBOA DA SILVA, CB QBM RELRY MONTEIRO BORGES, CB QBM JOÃO RODRIGO MEIRELES DE FREITAS, CB QBM VICTOR FLÁVIO FERREIRA ARACATI, CB QBM NELINHO MONTEIRO DE ARAÚJO, CB QBM TONY DALENO BARROS RIBEIRO, CB QBM PAULO LOBATO GONCALVES, CB QBM EDSON DOS PRAZERES VIANA, CB QBM ÍTALO DE OLIVEIRA SANDOVAL, CB QBM WELLINGTON SILVA DA SILVA, CB QBM JULIO CEZAR PEROTE CHAVEZ, CB QBM JEOVAN DO ESPÍRITO SANTO VALENTE, CB QBM LEONARDO BRITO DA SILVA, SD QBM ROCK WILLIAM DIAS MIRANDA, SD QBM REYNAN SILVA DAS NEVES e SD QBM VALDEMIR CORDEIRO DA COSTA, 07 (sete) diárias de alimentação e 06 (seis) diárias de pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 49.791,64 (QUARENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS), por terem seguido viagem de Belém-PA para o município de Tucuruí-PA, na Região de Integração do Lago de Tucuruí e com diárias do grupo B, no período de 22 de maio a 04 de junho de 2022, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

**LEIA-SE:**

Art. 1º – Conceder aos militares: TCEL QOBM RICARDO LENO ANAISSI PEREIRA e SD QBM PEDRO WILHAMIS SEABRA ABREU, 04 (quatro) Diárias de Alimentação e 03 (três) Diárias de Pousada para cada, MAJ QOBM DIEGO DE ANDRADE CUNHA, SGT QBM ODENILSON LISBOA CORREA, SGT QBM SANDRO LUIZ GONZAGA SANTOS, SGT QBM FABIO MONTES DE ARAUJO, CB QBM WELLINGTON CARLOS VENÂNCIO DE LIMA, CB QBM SANNIERY LISBOA DA SILVA, CB QBM RELRY MONTEIRO BORGES, CB QBM JOÃO RODRIGO MEIRELES DE FREITAS, SD QBM ROCK WILLIAM DIAS MIRANDA, SD QBM REYNAN SILVA DAS NEVES e SD QBM VALDEMIR CORDEIRO DA COSTA, 07 (sete) Diárias de Alimentação e 06 (seis) Diárias de Pousada para cada, perfazendo um valor total de R\$ 20.715,32 (VINTE MIL, SETECENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), por terem seguido viagem de Belém-PA para o município de Tucuruí-PA, na Região de Integração do Lago Tucuruí e com diárias do grupo B, no período de 08 a 14 de agosto de 2022, a serviço da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Coordenador Adjunto Estadual de Defesa Civil

**Protocolo: 835861**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO RDC ELETRÔNICO Nº 03/2022 – CBMPA**

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, no uso de suas atribuições legais, considerando os autos do Processo Licitatório na modalidade RDC ELETRÔNICO Nº 03/2022 – CBMPA, PAE nº 2022/1303034, que tem por objeto a CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO E NOVA GUARDA DO QUAR-